

economia & história



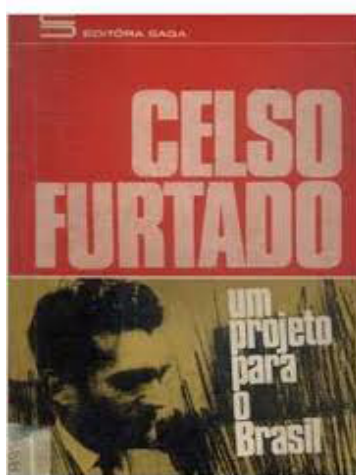
Celso Furtado, 100 Anos: Um Projeto Para o Brasil (1968)

ALEXANDRE MACCHIONE SAES (*)

Um projeto para o Brasil é um pequeno livro de Celso Furtado, publicado em 1968, uma obra voltada para o debate público. O livro reúne três ensaios: o primeiro sistematiza duas exposições, realizadas em junho de 1968, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, a convite do deputado Adolfo de Oliveira; os outros dois ensaios, por seu turno, eram conferências pronunciadas no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile e representavam, para o autor, uma “fundamentação complementar” a alguns tópicos tratados no ensaio inicial (FURTADO, 1968, p.9).

Em seu livro de memórias, Celso Furtado, ao descrever o contexto de publicação do

livro, caracterizava o cenário de dubiedade pelo qual passava o ambiente político brasileiro naquele momento. A intermediação para sua viagem foi conduzida por Gabriel Valdés, fundador do Instituto de Estudos



Um projeto para o Brasil (Editora Saga, 1968).

Internacionais, da Universidade do Chile, quem não somente propôs o convite para o seminário como conseguiu autorização para que a viagem de Furtado pudesse ser estendida de Santiago para a permanência de algum período no Brasil. A impressão de Furtado sobre a conjuntura política era a de que, se por um lado a “onda de abertura do governo brasileiro, sob Costa e Silva”, teria autorizado seu retorno ao país, por outro lado, destacava que logo que chegou sentiu a “efervescência nos meios universitários”, com informações que se preparava o “golpe dentro do golpe” (FURTADO, 2014, p. 496).

As exposições na Câmara dos Deputados eram seu primeiro retorno ao Brasil, depois de ter sido incluído na primeira lista de cassados pelo Ato Institucional nº 1 imposto pela Ditadura Militar em 1964. Furtado reiterava sua postura política como intelectual atuante no debate público, postura

que creditava à influência de Karl Mannheim. Apresentando o livro, considerava:

Somente uma ampla confrontação de ideias em torno de nossos problemas sociais e econômicos poderá abrir o caminho à imaginação política e criar condições para a mobilização de opinião pública, sem o que dificilmente se poderá superar a barreira de obstáculos que se antepõe ao desenvolvimento do País. (FURTADO, 1968, p. 9)

Mesmo com seus direitos políticos cassados, exilado em Paris como professor da Sorbonne, ainda era possível encontrar alguma esperança sobre o futuro nas páginas da obra *Um projeto para o Brasil*. Com considerável repercussão da imprensa para as apresentações de Furtado na Câmara, o livro acabou por ser rapidamente disseminado naqueles meses de meados de 1968. Talvez sua real expectativa de reversão dos recentes rumos tomados pela política nacional fosse pequena, mas como uma personagem pública, seu papel deveria ser o de contagiar aquela parte da sociedade que esposava suas ideias.

O tom de sua análise sobre as ações políticas e econômicas tomados pelo regime militar é evidentemente crítico, mas como um manifesto para superar a “paralisia do sistema econômico”, buscando “soluções efetivas e factíveis”, Furtado indicava as possibilidades de reversão do rumo, de reconstrução

de um projeto nacional (FURTADO, 1968, p.9). A ilusão de alguma mudança seria apagada meses mais tarde, com o recrudescimento do regime, por meio do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968.

Um projeto para o Brasil, de alguma forma, pode ser caracterizado como uma relevante síntese do autor para apreender uma fase de transições. Se a conjuntura indicava algumas inflexões da estrutura da economia em suas dimensões nacional e internacional, é possível dizer que na trajetória intelectual de Celso Furtado esse período da segunda metade da década de 1960 também guarda algumas mudanças em suas reflexões.

A análise da conjuntura econômica, por um lado, tema central dos dois ensaios apresentados em Santiago do Chile, apontava para a “reestruturação da economia internacional” e para o “fenômeno da conglomeração”, isto é, para a nova dinâmica política e econômica mundial com a massiva presença das multinacionais na América Latina. Ao comentar sobre o livro em suas memórias, lembrava que a economia internacional “conhecia transformações de grande alcance” e, portanto, chamava “atenção para as novas formas que estava assumindo o fenômeno da concentração do poder econômico”, nas quais as empresas transacionais teriam centralidade nas decisões

econômica e política na periferia. (FURTADO, 2014, p. 416)

Por outro lado, com o golpe militar e a crescente interferência das multinacionais nos sistemas de decisão nacionais, a interpretação de Celso Furtado vai expondo, de maneira cada vez mais aberta e crítica, que as trajetórias econômicas nacionais dependiam, antes de tudo, de escolhas e decisões políticas. Sendo o golpe de 1964 a materialização desta relação entre escolhas políticas e as ações econômicas, estavam dados em 1968 os primeiros traços de sua discordância com o novo *sentido* do projeto nacional empreendido pelo governo militar. Assim, é possível dizer que *Um projeto para o Brasil* apresenta alguns traços que seriam refinados posteriormente em obras como *Análise do modelo brasileiro* (1972) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), constituindo um bloco de textos voltados para a reflexão sobre os limites do desenvolvimento dependente.¹

1 Um Projeto para o Brasil: a Análise Sobre a Nova Conjuntura Internacional

Como um livro de intervenção no debate público, em *Um projeto para o Brasil*, Celso Furtado se preocupa menos com longas digressões históricas ou análises teóricas, para expor suas ideias no sentido de enfrentar a crise estrutural em que se encontrava o país. Não obstante

tenha esse estilo mais propositivo e direto, característica especialmente presente no primeiro ensaio resultante das exposições voltadas para os deputados federais, ao percorrer os argumentos de Furtado é possível reconhecer, nas entrelinhas – ou mesmo em algumas subpartes do texto –, a síntese teórica e histórica da interpretação do autor. Por outro lado, mais do que uma síntese de obras pregressas, suas proposições de política econômica para a Câmara dos Deputados foram assentadas também numa apreciação das transformações da economia internacional, que estão, por sua vez, muito bem sistematizadas nos dois ensaios apresentados no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile.

Em suma, as reflexões presentes nos ensaios “A reestruturação da economia internacional” e “A concentração do poder econômico nos Estados Unidos e a integração latino-americana” devem ser compreendidas como um esforço amplo, respectivamente, tanto de sistematização das transformações da economia internacional nos anos 1960 como de compreensão dos resultados dessas mudanças para a América Latina.

Após o vigoroso crescimento da economia internacional observado no período do pós-guerra – no qual Celso Furtado destacava a centralidade do poder econômico e militar dos Estados Unidos como base para a expansão econômica –,

considerava que, na nova conjuntura, a hegemonia americana militar teria perdido substância. Com uma significativa diminuição da probabilidade de uma guerra generalizada e com a queda da taxa de crescimento da economia americana, se observava a reestruturação da economia internacional, inclusive com a ascensão de novas potências econômicas como novos centros dinâmicos, tais como na Europa Ocidental e na Ásia, com o fortalecimento de economias como as da Alemanha, do Japão e da China (FURTADO, 1968, p. 97 e 110). Em certa medida, a observação de Furtado se adiantava para o cenário que seria observado na primeira metade dos anos 1970, quando a crise internacional romperia com o sistema monetário construído em Bretton Woods.

Mas certamente a principal discussão de Celso Furtado nos dois ensaios apresentados no Chile, no intuito de compreender a nova dinâmica da década de 1960, era sobre o papel desempenhado pelas multinacionais na economia internacional. Antes de se instalar em Paris, Furtado passou um ano no Centro de Estudos sobre o Crescimento Econômico da Universidade de Yale. Tendo como colega de trabalho o economista Stephen Hymer, autor de *The International Operations of National Firms: A Study of Direct Foreign Investment*, Celso Furtado acabou por desenvolver uma nova temática que emergia sobre os estudos da

economia internacional.² Hymer era um dos pioneiros autores a destacar a importância do papel das empresas multinacionais na dinâmica econômica do período. Conforme testemunha Furtado:

Desse grupo de economistas jovens, todos ocupados em estudos por países, o que mais me impressionou foi o canadense Stephen Hymer [...]. Percebendo que a grande empresa é uma forma de organização econômica que se sobrepõe aos mercados, ele pôs-se a estudar os reflexos desse fenômeno no comércio internacional. Os seus trabalhos foram seminiais para a compreensão da transnacionalização como forma emergente de organização das atividades econômicas. Foi para mim de grande importância tomar contato com os trabalhos de Hymer e ter podido discutir amplamente com ele sobre o fenômeno da transnacionalização das empresas. Graças a isso, foi-me possível captar nos anos seguintes a verdadeira natureza do sistema bancário internacional, o qual viria a ser o elemento determinante na evolução da economia capitalista a partir dos anos 1970. (FURTADO, 2014, p. 469-470)

No capitalismo pós-cíclico, seguindo a definição de Furtado para a economia do pós-guerra, a estabilidade dos sistemas econômicos dos países centrais, que produziam tanto estabilidade dos mercados como a elevação do emprego da força de trabalho e de seus salá-

rios, permitiu que os conglomerados não precisassem mais responder a grande variação de preços e custos, “favorecendo a prática de preços administrados”.³ Empresas com poder financeiro, se valendo de planejamento, atuaram no sentido de diversificar seus setores de atuação, formando os chamados conglomerados, cuja atuação vai ultrapassando as fronteiras nacionais. (FURTADO, 1968, p. 92-93)⁴

Esse processo de instalação das empresas multinacionais nas economias subdesenvolvidas passaria a cumprir papel relevante na interpretação de Celso Furtado a partir de então. Para o economista, a presença das multinacionais reduzia ainda mais os sistemas de decisão nacionais, processo acentuado nos últimos anos no país. Se a instalação dos conglomerados já era realidade no Brasil desde o Plano de Metas, com o golpe militar a estratégia de industrialização via investimento estrangeiro se aprofundaria. Para o autor, a conjuntura de crise econômica latino-americana dos anos 1960 teria aberto maiores oportunidades para a entrada dos investimentos estrangeiros: “A estagnação econômica na América Latina coincidiu com uma grande expansão das empresas americanas que atuam nessa região”. (FURTADO, 1968, p.95)

Assim, mesmo com a industrialização de países da América Latina, como Argentina e Brasil, Celso

Furtado argumentava que a pauta de exportação desses países, ainda dependentes das velhas estruturas exportadoras de matérias-primas, demonstrava a dimensão da nova forma de dependência do exterior (FURTADO, 1968, p.114). A crescente presença das empresas multinacionais nas economias estagnadas agravava a crise estrutural da capacidade de importar, por conta das remessas de lucros e dividendos, reduzia a capacidade de integração do setor industrial com atividades exportadoras e produzia debilidade do processo de formação dos centros nacionais de decisão.

A reflexão de Furtado indicava que o estreitamento da capacidade de ação dos Estados nacionais, assim como do papel das classes empresariais nacionais, era decorrência do caráter da dependência das estruturas periféricas, reiterada pela expansão das empresas transnacionais. Nas palavras do autor:

A redução a um papel de dependência da classe de empresários nacionais interrompeu na América Latina o processo de desenvolvimento autônomo de tipo de capitalista, o qual chegara apenas a esboçar-se. [...] Debilitar o Estado como centro autônomo de decisões não significa entre nós fortalecer a iniciativa privada; significa, sim, renunciar à formação de um sistema econômico nacional, isto é, um sistema de produção articulado em função dos

interesses da coletividade nacional. (FURTADO, 1968, p.132-133)

Tais ideias podem ser cotejadas com dois debates gestados nos anos 1960. De um lado, no livro de 1968, Celso Furtado parece incorporar a ideia dos limites do papel do empresariado brasileiro na condução de um projeto nacional, isto é, de atores de uma revolução brasileira. Ainda que Furtado não se valha do conceito de revolução brasileira, há relevantes semelhanças entre suas ideias e aquelas que podem ser encontradas nos trabalhos sobre o empresariado nacional de Fernando Henrique Cardoso (1964) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (1963 e 1964). Para esses autores, a burguesia brasileira não teria cumprido seu papel histórico de produzir um projeto nacional, mas assumindo os espaços nas franjas de uma industrialização via empresas multinacionais, conduziu o país à nova dependência.⁵

Por outro lado, também é possível encontrar identidades entre *Um projeto para o Brasil* de Celso Furtado e a obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, na temática sobre a perda de autonomia do Estado nacional como resultado da expansão das empresas multinacionais no Brasil. Reconhece Furtado que “Fernando Henrique Cardoso chegou a conclusão similar [a minha]⁶ pela mesma época quando introduziu o conceito internacionalização do mercado

interno”. Em meio aos seminários de Santigado do Chile, em julho de 1964, os autores teriam tido oportunidade de discutir sobre a nova realidade latino-americana, na qual se reconhecia a perda de autonomia de decisão, em que a industrialização produz uma mais complexa dependência (FURTADO, 2014, p.416-417).⁷

Em suma, em 1968, o caminho para o desenvolvimento se colocava em novo patamar. A presença das multinacionais em solo brasileiro e o cenário de estagnação da economia recolocavam a necessidade de planejamento do Estado para a retomada de um processo de desenvolvimento. Como alertava Celso Furtado, entretanto, as estruturas econômicas subdesenvolvidas demandavam respostas políticas de complexa solução, uma articulação de medidas que pudessem produzir efetivas transformações estruturais na sociedade, sem as quais o caminho para um projeto de autotransformação social não ocorreria. Esse esforço de articular diferentes medidas em torno de um projeto para a coletividade é o que foi apresentado por Furtado na Câmara dos Deputados.

2 Diretrizes Para Um (Novo) Projeto Para o Brasil

O ensaio que reúne as apresentações de Celso Furtado para a Câmara dos Deputados em 1968, publicada como “A reforma das estruturas

econômicas: ensaio de estratégia global”, apresenta uma síntese de suas ideias sobre os desafios do desenvolvimento periférico e uma completa agenda de reformas econômicas para o país. No texto, o autor parte do diagnóstico da crise econômica latino-americana dos anos 1960, apresentando em seguida sugestões para intervenções na estrutura agrária; para mudança no perfil da demanda e do padrão de consumo do país; para uma necessária reorientação dos processos produtivos; e, inclusive, indica breves notas sobre a necessidade de realização de pesquisa e investimento no fator humano. A discussão mais factual e prática, não obstante, está alicerçada tanto em sua compreensão dos limites e desafios de transformação de uma economia subdesenvolvida como também por sua avaliação da nova conjuntura de internacional.⁸

Seu ponto de partida retoma a noção presente em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, publicado dois anos antes. Compreendendo que o Brasil vivia na década de 1960 uma prolongada crise de caráter cíclico, Celso Furtado expõe sua crítica sobre o modelo de industrialização que vinha sendo implantado no país.

Em poucas páginas, o autor sumaria a trajetória da industrialização brasileira, que alcançava nos anos 1960 uma terceira e nova fase: na primeira fase, ocorrida até 1930, a indústria teria sido induzida pelas

exportações – especialmente de café –, assim, o crescimento do mercado interno e a diversificação da economia eram resultados das rendas geradas no comércio exportador. A segunda fase, caracterizada pelo processo de industrialização por substituição de importação, teria sido marcada por tensões estruturais, geradas pelo declínio da capacidade de importar, assim como pela crescente “implantação no país de filiais (estrangeiras) de empresas que anteriormente controlavam o mercado através de exportações”. (FURTADO, 1968, p.30)

Assim, depois de dois decênios de significativo crescimento conduzido pela política de substituição de importações, para enfrentar o cenário de crise do modelo de industrialização da terceira fase, seria necessária uma “ação global” para “assegurar uma reversão das tendências paralisantes”. Para o autor, a hipótese explicativa era a de que “existe no sistema econômico deste país uma deformação estrutural que se traduz no perfil da demanda global”. (FURTADO, 1968, p.14-15)

Diferentemente da posição cepalina dos anos 1950, que encontrava na industrialização o caminho para a superação do subdesenvolvimento, o que vai ficando claro com o aprofundamento da instalação do parque industrial brasileiro é que o caráter da indústria também passava a importar.⁹ O diagnóstico era de que os benefícios do progresso

técnico estavam concentrados no plano social, produzindo um “processo causal circular entre a forma como se assimila a tecnologia moderna e a concentração da renda” (FURTADO, 1968, p.15). Sugerindo a revisão do perfil da demanda nacional, acreditava que seria possível elevar as taxas de poupança e de investimento da economia.

Em suma, ao discorrer sobre “um projeto de autotransformação social”, Celso Furtado sintetiza em poucos parágrafos o conceito de desenvolvimento, como fenômeno que deveria ser captado pela dimensão econômica e cultural. Quando comparamos com seus escritos de anos anteriores, os aspectos culturais tomam cores mais fortes em 1968:

O desenvolvimento, além de ser o fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho que interessa ao economista, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem. As duas dimensões do desenvolvimento – a econômica e a cultural – não podem ser captadas senão em conjunto. (FURTADO, 1968, p.18)

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, por exemplo, o principal limite para a concretização do processo de instalação da indústria nos países periféricos ainda era resultado dos efeitos gerados pela tendência de desequilíbrio externo da economia. Mesmo que Celso

Furtado reconhecesse que a estrutura desigual da sociedade periférica fosse condição relevante para enfrentar o desafio de superação do subdesenvolvimento, a discussão sobre a dimensão cultural, do perfil do consumo da sociedade e do próprio perfil da estrutura industrial instalada, escapavam ao autor no início da década de 1960.¹⁰

A crítica de Furtado aos economistas era a de que a noção não econômica do desenvolvimento teria desaparecido de seu campo de observação, produzindo uma simplificação metodológica. Em suma, recuperar variáveis como a estrutura da população, os hábitos dos consumidores e o quadro institucional permitiria uma análise sobre o desenvolvimento em sua acepção mais ampla. Isto é, ao superar uma imediata análise sobre a oferta de bens ou de acumulação de capital, seria possível encontrar o *sentido* no projeto de autotransformação de uma coletividade humana, atendendo “um horizonte de aspirações da coletividade”. (FURTADO, 1968, p.19)

Pensar no sentido de um projeto de autotransformação da coletividade era tarefa primeira para uma realidade de desenvolvimento dependente, cujos desafios para a efetiva realização de um projeto nacional se ampliavam. A caracterização de uma economia mundial dividida em realidades de desenvolvimento e subdesenvolvimento era, para Furtado, condição fundamental

para apreender os desafios do desenvolvimento dependente:

O que caracteriza uma economia dependente é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. (FURTADO, 1968, p. 23)

Em suma, em 1968 já estava sedimentada a leitura de Celso Furtado de que a estrutura industrial instalada no país não era adequada para suprir a demanda de toda a sociedade. Tais ideias não são plenamente originais, podiam ser recuperadas também em sua obra anterior, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. A industrialização dependente, ao ser estabelecida a partir da demanda dos grupos privilegiados, de uma sociedade com elevada concentração da renda, acabava por implantar uma indústria com alta produtividade e significativamente diversificada. (FURTADO, 1968, p.42)

Em suma, a assimilação do progresso tecnológico era um complexo problema que o Brasil precisava enfrentar, evitando decisões irracionais do ponto de vista econômico para o conjunto da população. A instalação das transnacionais no mercado brasileiro indicava que as distorções da estrutura produtiva vinham se acentuando, gerando as

decisões irracionais consideradas por Furtado, pois atendiam um padrão de consumo complexo e elevado, numa estrutura industrial poupadora de mão de obra, reiterando a dinâmica de concentração da renda no país. Para reverter essa tendência, Celso Furtado defendia que a política de desenvolvimento, voltada ao setor industrial, deveria atuar em duas direções: transformando a estrutura do sistema econômico, por meio do planejamento, e interferindo no perfil da demanda global. (FURTADO, 1968, p.57)

A transformação da estrutura do sistema econômico teria que limitar a interferência das empresas multinacionais no país. A massiva presença das empresas multinacionais na economia brasileira vinha reduzindo o poder dos centros de decisão nacionais que, dependendo do capital internacional para sustentar o crescimento econômico, se subordinavam aos interesses das corporações. A presença das multinacionais também condicionava a disseminação do padrão de consumo da sociedade industrial moderna. A modificação do perfil da demanda global era, no limite, uma discussão quase sociológica sobre os padrões de consumo das elites nacionais que, consumindo significativa poupança nacional, acabavam por produzir profundos impactos na estrutura econômica do país. Assim, para além de uma leitura econômica, Furtado sintetiza: “Não seria descabido afirmar que existe uma correlação positiva

entre o nível de consumo das massas modernas e a pobreza imaginativa com que os homens utilizam os frutos de seu trabalho”. (FURTADO, 1968, p.75)

Para reverter essa deformação concentradora dos benefícios do progresso técnico, Furtado indicava a necessidade de atuar contra a concentração da renda nacional por meio de uma política fiscal, via imposto de renda, mas também de impostos que incidissem em produtos e serviços voltados para as classes altas do país. Mas além de interferir na estrutura da renda, seria preciso reduzir o condicionamento das grandes empresas na definição do padrão de consumo nacional. Nesse ponto, Furtado chega a sugerir que artistas, intelectuais e “escalões do sistema de decisões” deveriam interferir no comportamento dos consumidores. Por outro lado, o Estado, via planejamento e “cogestão”, deveria reduzir a autonomia das empresas, buscando a nacionalização das direções das empresas, permitindo que os frutos do progresso técnico fossem transferidos para a população. (FURTADO, 1968, p.82)

Adicionalmente, outra tarefa fundamental a ser conduzida pelo governo, no entender de Celso Furtado, era a de produzir uma transformação da estrutura agrária do país, com um ataque ao latifúndio. Reiterando suas posições presentes em obras anteriores, a concentração fundiária era combatida,

pois essa acabava produzindo uma massa de trabalhadores que pouco teria se beneficiado do desenvolvimento econômico ocorrido no país no último quarto de século. (FURTADO, 1968, p.59)

Se a posição de Furtado permanecia a mesma de trabalhos anteriores, de caminhar na direção de uma reforma agrária que pudesse ampliar a base de proprietários – e que estes pudessem ser efetivamente integrados no mercado de trabalho –, em 1968, o autor esclarece que a reforma agrária não deveria produzir uma massa de pequenas propriedades: “O minifúndio e o latifúndio são responsáveis por grande desperdício de recursos; no que respeita ao primeiro, recursos de mão de obra, e ao segundo, recursos de terra e capital” (FURTADO, 1968, p.61). Adicionalmente, alega que a baixa produtividade no minifúndio é resultado da limitada capacidade financeira dos pequenos proprietários para incorporação de progresso tecnológico, enquanto os latifúndios, com abundância de terras e mão de obra, produziam extensivamente, com poucos investimentos em produtividade.

Assim, a transformação da estrutura agrária brasileira deveria ser acompanhada de esforços para elevar o nível de vida do trabalhador rural, o que acarretaria a elevação do nível de produtividade no campo. A melhoria na vida dos trabalhadores do campo, diz

Furtado, produziria dois efeitos na economia: com a ampliação da produtividade, uma maior oferta de produtos seria disponibilizada para a população, enquanto, por outro lado, a elevação da renda dos trabalhadores rurais aumentaria o mercado para os produtos industriais. (FURTADO, 1968, p.64)

A “nota final” do ensaio se voltava para a necessidade de investimentos em pesquisa e educação, isto é, “o progresso tecnológico é principalmente uma questão de qualidade do fator humano”. Para Furtado eram abundantes os estudos que demonstram que o “nível de desenvolvimento de um país é função da massa de investimentos incorporados no fator humano” (FURTADO, 1968, p.83).¹¹ Aqui estava uma janela importante para a superação do caráter dependente das economias subdesenvolvidas, que exigiria formas de apropriação e de controle do progresso tecnológico. Uma política de desenvolvimento naquela conjuntura deveria prever uma política de assimilação, adaptação e de criação de novas técnicas. Para o Brasil, segundo o economista, estariam abertas relevantes oportunidades, por conta do potencial do país, para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de recursos naturais, de fontes de energia e de produção de alimentos.

Escrevendo poucos meses antes do AI-5, com *Um projeto para o Brasil* Celso Furtado apresentou

não somente mais uma agenda de possíveis reformas para o país, mas também uma acurada análise sobre significativas transformações que vinham ocorrendo na economia internacional naquela conjuntura. Se com a apresentação de “um projeto” existia a esperança de que os nebulosos dias do período militar pudessem se dissipar, a frustração política com a chegada do dia 13 de dezembro de 1968, todavia, não invalidou a crítica de Furtado para a política econômica do governo, pois no final, as bases para a “análise do modelo brasileiro” lá já estavam presentes.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.3, n.11, p.83-103, 1964.

_____. O empresário industrial e a revolução brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.2, n.8, p.11-27, jul. 1963.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1964.

_____; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina** [1967]. São Paulo: Difel, 1970.

CHANDLER JR., Alfred. **Strategy and structure**. Cambridge. MA: MIT Press, 1962.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Obra autobiográfica**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

HYMER, Stephen. **The international operations of national firms: a study of direct foreign investments**. Cambridge. MA: MIT Press, 1976.

PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VILLELA, Aníbal. Alguns reparados para *Um projeto para o Brasil* por Celso Furtado. **Revista Brasileira de Economia**, n. 4, 1968.

1 Não é comum encontrar uma análise específica sobre *Um projeto para o Brasil*. Diferentemente de obras como *Formação econômica do Brasil* ou *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, que são trabalhos de maior fôlego e que acabaram sendo objetos de estudos teóricos ou de confrontação histórica, *Um projeto para o Brasil* normalmente é lido como parte de um conjunto de intervenções de Furtado na passagem dos anos 1960 para os 1970. Sua crítica para a mudança de rumo empreendido pela política econômica brasileira com o governo militar será evidenciada em 1968. Assim, o livro pode ser compreendido como parte do esforço do autor de desvendar o processo de modernização da economia brasileira, que conduziu a industrialização do país, mas com custosos resultados sociais.

2 O livro de Hymer foi publicado somente postumamente por intermédio de seu orientador, Charles P. Kindleberger, em 1976, mas o trabalho era resultado da tese de Doutorado defendida no Departamento de Economia do Massachusetts Institute of Technology em 1960.

- 3 No primeiro ensaio do livro, Furtado sintetiza a ideia da seguinte maneira: “na medida em que a economia capitalista foi superando as recessões periódicas, e que o progresso tecnológico favoreceu as economias de escala de produção, a atividade industrial passou a ser controlada por grandes empresas, isto é, por organizações que planejam suas atividades a prazo longo e que tendem a condicionar o comportamento das demais”. (FURTADO, 1968, p.73)
- 4 Para Celso Furtado os conglomerados eram resultado do “fenômeno de busca da estabilidade pela heterogeneidade, a qual tanto pode ser funcional como geográfica. Atuar simultaneamente em múltiplas áreas, isto é, em sistemas econômicos diversos, abre possibilidades de estabilização e de oportunidades de crescimento em forma similar a atuar em distintos setores de um dado sistema econômico” (FURTADO, 1968, p.93). O argumento parece dialogar com as contribuições contemporâneas de Alfred Chandler Jr., sobre as estruturas multidivisionais das multinacionais americanas, cuja transformação gerencial teria permitido a conquista de mercados mundiais no pós-Segunda Guerra Mundial. Cf. Chandler Jr. (1962).
- 5 Outra contribuição relevante sobre esse caráter da burguesia nacional foi a de Caio Prado Jr. em *A revolução brasileira* (1987 [1966]).
- 6 Ao comentar a similaridade entre as visões, a proposição de Celso Furtado em suas memórias era a de que: “...os homens mais capazes surgidos nas indústrias locais puderam ser cooptados para integrar a nova classe gerencial a serviço dos conglomerados. A ação empresarial nacional ficou restringida a setores secundários ou decadentes, ou ao trabalho pioneiro, isto é, à abertura de novas frentes a ser mais adiante ocupadas pelas grandes organizações estrangeiras” (FURTADO, 2014, p.416).
- 7 Vale lembrar que logo após o início de seu exílio, antes de seguir para os Estados Unidos, Celso Furtado passou uma temporada em Santiago do Chile. Aproveitou a oportunidade para promover um ciclo de seminários com economistas e sociólogos no intuito de fazer um balanço das contribuições da Cepal, debatendo temas como a perda de dinamismo das economias latino-americanas. Para os seminários Furtado preparou um documento inicial para a discussão, no qual elencava duas teses: a primeira, sobre a forma de propagação dos progressos técnicos dos países centrais para a periferia; a segunda, sobre o caráter da industrialização periférica, que ao se apropriar de tecnologia de elevada produtividade e de padrão de consumo dispendiosos, provocava tendências para frear o desenvolvimento periférico. Participaram dos seminários José Medina Echavarría, Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Francisco Weffort, entre outros (FURTADO, 2014, p.410-411).
- 8 Dentro os poucos trabalhos que discutiram especificamente a obra, é possível encontrar uma resenha de Aníbal Villela (1968). Na resenha, o autor sumariza suas discordâncias com a obra de Furtado, considerando que o autor teria desprezado uma análise sobre a inflação; não teria feito análises microeconômicas sobre a estrutura do setor industrial; e refuta a sugestão de Furtado para realizar a distribuição de renda, defendendo que o caminho deveria ser percorrido pela elevação da produtividade, tendo como exemplos países como Japão, Iugoslávia e Taiwan.
- 9 Em suas memórias, ao tratar da temática logo após o golpe militar, considera: “...a industrialização não leva necessariamente à autonomia de decisão, ao desenvolvimento autossustentado, como estava implícito no modelo da Cepal.” (FURTADO, 2014, p.416)
- 10 É verdade que, nas duas últimas páginas do livro, Celso Furtado aponta para sua desconfiança sobre o dilema do esgotamento da fase de substituição de importações: “É, portanto, perfeitamente possível que estejamos entrando numa daquelas fases decisivas em que os problemas tipicamente políticos adquirem forte ascendência sobre os demais, inclusive os econômicos”. (FURTADO, 2009 [1961], p.233)
- 11 Vale lembrar que os estudos de Theodore Schultz e Gary Becker, publicados em 1964, estavam em evidência no campo dos economistas naquele momento.

(* Professor de História Econômica do Departamento de Economia – FEA/USP. (E-mail: alexandre.saes@usp.br)